

**CONGRESO
IBEROAMERICANO**
DE CIENCIA, TECNOLOGÍA,
INNOVACIÓN Y EDUCACIÓN

BUENOS AIRES, ARGENTINA
12, 13 Y 14 DE NOVIEMBRE 2014

**CONGRESSO
IBERO-AMERICANO**
DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO

BUENOS AIRES, ARGENTINA
12, 13 Y 14 DE NOVEMBRO 2014

**ENSINO A DISTÂNCIA:
ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA PIONEIRA NO
ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO EM PORTUGAL**

BILAU, J.; RODRIGUES, E.; BASILIO, M.

ENSINO A DISTÂNCIA: ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA PIONEIRA NO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO EM PORTUGAL

José Jacinto Bilau

Departamento das C. Empresariais / Instituto Politécnico de Beja (Portugal)

jose.bilau@ipbeja.pt

Elsa Soares Rodrigues

Departamento de Engenharia / Instituto Politécnico de Beja (Portugal)

elsa.rodrigues@ipbeja.pt

Maria do Sacramento Basílio

Departamento das C. Empresariais / Instituto Politécnico de Beja (Portugal)

maria.basilio@ipbeja.pt

RESUMO

A pressão social para se alargar o acesso ao ensino superior a novos públicos, a redução no número de alunos ocorrida nos últimos anos e a janela de oportunidades aberta pelas novas tecnologias levou as instituições do ensino superior a desenvolverem esforços ao nível da sua oferta formativa, nomeadamente disponibilizando cursos na modalidade de ensino a distância.

Em Portugal, no ensino superior politécnico, as primeiras vagas para licenciaturas neste regime surgiram no ano letivo de 2008/09. Desde então alguns Institutos ensaiaram a oferta de cursos em regime de ensino a distância. Qual o impacto desta aposta nas instituições do ensino superior politécnico pioneiras no ensino a distância? O presente estudo procura responder a esta questão analisando a experiência do Instituto Politécnico de Beja que vem disponibilizando o curso de licenciatura em Solicitadoria, desde o ano letivo 2010/11, nos dois regimes (regimes a distância e presencial).

Os resultados obtidos, com base em dados referentes ao triénio 2010-13, evidenciam um nível modesto de adesão ao curso na modalidade de ensino a distância, mas indiciam um potencial para alargar o perfil dos alunos, nomeadamente estendendo a captação de alunos a todo o território português, a alunos de faixas etárias mais avançadas, aos titulares de curso superior e ao segmento de trabalhadores estudantes. O nosso estudo também indica que a coexistência na mesma instituição da oferta do mesmo curso nas duas modalidades pode transferir percentagem significativa de alunos da instituição dos cursos presenciais para modalidade de ensino a distância. Não foram registadas diferenças significativas entre as duas modalidades de cursos relativamente à taxa de abandono escolar e verificaram-se melhores resultados académicos no curso ministrado na modalidade de ensino presencial.

Outras instituições que estejam a equacionar a oferta de cursos a distância e os organismos governamentais do setor da educação podem beneficiar com o conhecimento dos resultados do presente estudo.

Palavras-chave: Ensino a distância; Ensino superior; Instituições de ensino superior

I. INTRODUÇÃO

A sociedade atual depende cada vez mais dos meios de comunicação e informação, e das tecnologias que lhe estão associadas. Nas duas últimas décadas a *internet* alterou a forma como a sociedade acede e retém o conhecimento, mas também evidenciou o potencial que tem para transformar e reestruturar os modelos tradicionais de ensino. A rápida difusão da *internet* permitiu uma inovação radical do ensino a distância, conceito que “designa o conjunto de métodos, técnicas e recursos, postos à disposição de populações estudantis dotadas de um mínimo de maturidade e de motivação suficiente, para que, em regime de auto-aprendizagem, possam adquirir conhecimentos ou qualificações a qualquer nível” (Rurato e Gouveia, 2004). Com a *internet* esta forma de transmissão de conhecimento ganhou cada vez mais adeptos e criou fundadas expectativas nas instituições de ensino superior (IES). O ensino a distância (EaD) permitia abordagens flexíveis para aprendizagem dos alunos que no passado não tinham oportunidade de frequentar o ensino superior devido a diversos fatores como o emprego, a família, a falta de recursos, distância e a falta de tempo disponível. Acresce que as IES viram no ensino a distância uma possibilidade de oferecer cursos para uma população cada vez mais diversificada e assim gerar receitas para compensar as sucessivas reduções do financiamento ao setor do ensino. Outro ímpeto deriva da mudança de foco ocorrida na educação que deixou de estar centrada no professor para se centrar no aluno, estimulando as instituições a oferecer cursos que permitam aos estudantes gerir a sua própria aprendizagem (Sheard e Lynch, 2003). Volery (2000) argumenta que a expansão da *internet* e os avanços tecnológicos associados, em conjunto com orçamentos limitados e a pressão social para a melhoria do acesso ao ensino superior, produziu um incentivo substancial para as IES introduzirem cursos de ensino a distância. O mesmo autor refere ainda que as IES que se vierem a alhear deste modelo de ensino emergente, ficarão para trás no processo de globalização em curso. Hemsley (2002) questiona mesmo se as IES tradicionais continuarão a existir num futuro mercado de ensino superior flexível e global. Independentemente da ótica mais ou menos extremada de olhar a questão parece indiscutível que o EaD pode permitir às instituições expandir o seu alcance geográfico, captar novos tipos de alunos, obter receita adicional, diluir custos e ambicionar a um posicionamento como instituições globais.

Questões relacionadas com a implementação, gestão e avaliação dos sistemas de EaD têm atraído a atenção dos investigadores, sendo significativo o número de estudos já efetuados. Ao invés, a avaliação do impacto que a adoção do EaD pode ter ao nível da IES foi até ao presente raramente analisada. Recentemente um artigo da revista *The Economist*, na edição de 8 de Fevereiro de 2014, alerta para a possibilidade de o EaD mudar o mercado do ensino superior ao permitir aumentar a sua produtividade e reduzir o custo marginal (o custo fixo do curso é relativamente alto mas o custo de ensinar alunos adicionais é pequeno). No mesmo artigo é referida uma entrevista a Caroline Hoxby, economista da Universidade de Stanford que alerta para o impacto sobre as IES que pode ocorrer quando passam a disponibilizar cursos a distância. Para as IES menos selectivas em que os conteúdos dos cursos é muitas vezes padronizado e a interação com os professores é limitada, a fim de manter os custos baixos, a disponibilização de cursos de ensino a distância pode proporcionar aos alunos uma experiência semelhante ao dos cursos presenciais e o reflexo na captação de alunos para o ensino presencial pode ser enorme uma vez que os alunos podem frequentar os mesmos cursos com mais flexibilidade e um custo muito menor. Ao nível das IES de elite a oferta de ensino a distância pode ameaçar o seu próprio

modelo de negócio pois os cursos a distância vão quebrar o tradicional vínculo pessoal entre estudantes e instituição e, ao ser disponibilizado mais barato *on-line*, pode fazer sentir aos estudantes presenciais que fizeram uma escolha pouco racional em vez de se sentirem como dos “poucos escolhidos” como acontece atualmente. No supracitado artigo também se especula que futuramente o mercado do cursos superiores na modalidade de EaD poderá evoluir para o tipo “*winner-take-all*, ou “*superstar*”. As melhores instituições/cursos tenderão a concentrar a maior parte dos alunos tal como acontece hoje no caso dos manuais escolares nos EUA em que apenas 4 manuais escolares de introdução à economia detêm 50% do mercado.

Em Portugal, a quebra no número de alunos ocorrida nos últimos anos, a redução do financiamento estatal ocorrida desde a adopção do programa de ajustamento acordado pelo governo português com FMI, EU e BCE e a janela de oportunidades aberta pelas novas tecnologias levou as instituições do ensino superior a equacionar alargar a sua oferta formativa a novos públicos, nomeadamente disponibilizando cursos na modalidade de EaD. As primeiras vagas para licenciaturas no regime de EaD no ensino superior politécnico foram registadas apenas no ano letivo de 2008/09. Desde então alguns institutos começaram a oferta em simultâneo de cursos em regime de EaD e cursos em regime presencial.

Qual o impacto desta aposta nas instituições do ensino superior politécnico pioneiras no EaD? Permitiu captar novos públicos fora da área geográfica de influência da instituição? Alargou significativamente o número de alunos na condição de trabalhadores estudantes? Abriu as portas da instituição a alunos de faixas etárias mais avançadas? Ou pelo contrário, implicou uma redução no número de alunos em idêntico curso oferecido na modalidade de ensino presencial? No presente estudo são analisadas estas questões utilizando para o efeito a experiência do Instituto Politécnico de Beja que disponibiliza desde o ano letivo 2010/11 a licenciatura em Solicitadoria, nos dois regimes (regimes de EaD e presencial).

Além da presente Introdução o estudo está organizado em mais três secções. Na Secção 2 é efetuado um ponto de situação sobre o EaD no ensino superior em Portugal, com foco no subsistema politécnico. Na secção seguinte é analisado o impacto de uma experiência pioneira no ensino superior politécnico em Portugal: o caso do IPBeja (curso de Solicitadoria). Finalmente, na Secção 4, são apresentadas as conclusões do estudo.

II. ENSINO A DISTÂNCIA NO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL

O Ensino a Distância não é uma modalidade de ensino nova. Antes da utilização dos meios electrónicos atuais existia no formato de ensino por correspondência, contando com mais de cem anos de história. Em termos históricos, o primeiro curso por correspondência conferente de grau, a nível mundial, surgiu em 1892 na Universidade de Chicago. Em 1930, já 39 universidades nos EUA ofereciam cursos por correspondência. Com o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, outro marco histórico importante, foi o surgimento da Universidade Aberta no Reino Unido em 1969. “*Esta instituição lançou as bases para uma conceção completamente diferente do Ensino Superior, não só a nível do modelo de formação mas sobretudo pelo reconhecimento da experiência profissional como fator importante no acesso dos alunos*” (Carvalho, 2006). Foi o sucesso deste modelo formativo que levou ao surgimento da Universidade Aberta noutros países, como por exemplo, nos EUA e no Japão.

Em Portugal o ensino superior está organizado num sistema binário constituído pelos subsistemas Universitário e Politécnico. O subsistema universitário privilegia a oferta

de formações científicas sólidas, juntando esforços e competências de unidades de ensino e investigação enquanto o subsistema politécnico, onde se inserem 15 institutos públicos, visa em especial as formações vocacionais e técnicas avançadas, orientadas profissionalmente.

No subsistema universitário, a Universidade Aberta que surgiu em 1988 conta com mais de 25 anos de experiência no regime de EaD. A Universidade Aberta é a “*universidade pública de ensino a distância*”. A oferta de cursos ministrados por esta instituição de ensino superior é diversificada, indo desde os programas conducentes à obtenção de um grau - cursos de primeiro ciclo (licenciaturas), cursos de segundo e terceiro ciclos (mestrados e doutoramentos) e cursos de curta duração, isto é, de aprendizagem ao longo da vida. O número de alunos inscritos na Universidade Aberta tem vindo a registar uma evolução crescente e no ano letivo de 2011/2012 contava já com 12638 alunos.¹

Desde 2012 que a Universidade Aberta disponibiliza doze ofertas de 1º ciclo, em áreas muito diversificadas, nomeadamente: Ciências da Informação e da Documentação; Ciências do Ambiente; Ciências Sociais; Educação; Estudos Artísticos; Estudos Europeus; Gestão; História; Humanidades; Informática; Línguas Aplicadas; Matemática e Aplicações. O acesso às licenciaturas desta Universidade é realizado através de um regime de Acesso Específico e do Acesso para Maiores de 23 Anos. No caso do Acesso Específico, é vocacionado para detentores do 12.º ano ou equivalente legal e para candidatos que tenham 21 anos de idade (ou 18, desde que sejam trabalhadores estudantes, e que tenham esse estatuto desde os 16 anos). Podem ainda candidatar-se a qualquer curso de 1º ciclo (licenciatura), por acesso directo, quem estiver habilitado com um grau académico do ensino superior.²

Nas universidades tradicionais, as ofertas de formação na modalidade EaD assumem um carácter pontual e são, na sua maioria, ofertas de curta duração, como por exemplo se podem encontrar na Universidade de Coimbra, ou são iniciativas isoladas mais ao nível de ofertas pós-graduadas e de 2º/3º ciclo.

Em relação ao ensino superior politécnico público, as primeiras vagas para licenciaturas no regime de EaD foram disponibilizadas no ano letivo de 2008/09 pelo Instituto Politécnico de Leiria, através de 3 das suas escolas que em conjunto apresentaram 105 vagas. No ano letivo seguinte as Escolas Superiores de Educação, Tecnologia e Gestão e Tecnologia do Mar daquele Instituto voltaram a ser as únicas escolas do ensino politécnico com oferta de cursos neste regime de ensino. Refletindo as orientações gerais emanadas da DGES sobre política de vagas no ensino superior público neste ano foi efetuado um pequeno ajuste em relação ao ano anterior tendo sido fixadas 100 vagas.

No ano letivo 2010/11, o Instituto Superior de Contabilidade de Aveiro (ISCA), o I.P. Beja e o I.P. Cávado e do Ave juntaram-se ao I. P. Leiria na oferta de cursos em regime de EaD, alargando o leque de cursos e as vagas disponíveis para 190. No ano seguinte (2011/12), as estatísticas da DGES evidenciam um novo crescimento das vagas em consequência do aumento da oferta no I.P. Cávado e do Ave que abriu 2 novos cursos e triplicou as suas vagas. Neste ano os candidatos ao ensino superior tiveram à disposição um total de 280 vagas. No entanto estes 2 novos cursos não voltariam a abrir vagas nos anos seguintes, estabilizando o número de vagas em 2012/13 e 2013/14 em 172 e 160 respetivamente.

Relativamente às áreas dos cursos disponibilizados no regime de EaD, a instituição pioneira (I.P. Leiria) começou com os cursos de Marketing, Marketing Turístico,

¹ Fonte: Relatório de Atividades da Universidade Aberta (2012).

² Informação disponibilizada pela Universidade Aberta (<http://www.uab.pt/web/guest/uab>).

Educação Básica e Engenharia Mecânica. Contudo, neste último curso, a oferta de vagas foi descontinuada a partir de 2011/12, surgindo em sua substituição vagas para o curso de Relações Humanas e Comunicação Organizacional. O ISCA de Aveiro e I.P. Beja mantiveram as suas vagas circunscritas aos cursos de Contabilidade e Solicitadoria, respetivamente. O I.P. Cávado e do Ave manteve, desde o ano letivo 2010/11, de forma ininterrupta vagas para o curso de Gestão Pública e testou em 2011/12, a oferta de vagas nos cursos de Contabilidade e Fiscalidade e Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança.

III. UMA EXPERIÊNCIA DE EaD NO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO: O CASO DO IPBEJA (CURSO DE SOLICITADORIA)

Para responder às questões colocadas na Introdução, considerou-se necessário eleger um ciclo de estudos que cumprisse com os seguintes requisitos:

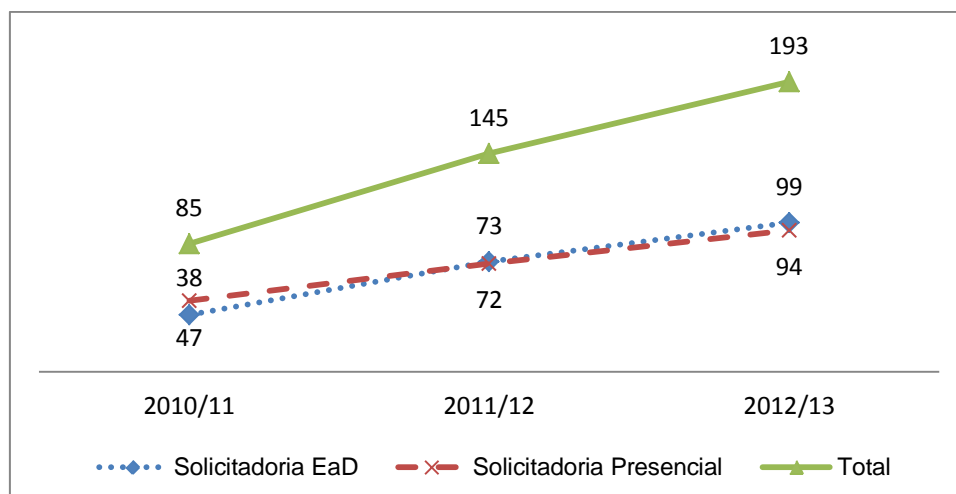
- 1) Funcionar simultaneamente na mesma instituição no regime presencial e no regime de ensino a distância;
- 2) Existência de um histórico mínimo igual à duração do ciclo de estudos (3 anos);
- 3) Existência de um número de alunos inscritos nos dois regimes considerado representativo.

Sendo a realidade do EaD bastante recente no ensino politécnico e apenas disponibilizado por um número reduzido de instituições, após equacionadas alternativas possíveis a escolha recaiu sobre a Licenciatura em Solicitadoria, do Instituto Politécnico de Beja.

Nos termos dos seus Estatutos, o Instituto Politécnico de Beja (IPBeja) é uma instituição de ensino integrada na rede de ensino superior público politécnico existente em Portugal destinada à produção e difusão do conhecimento, criação, transmissão e difusão da cultura e do saber de natureza profissional, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental, concentrado especialmente em formações vocacionais e em formações técnicas avançadas, orientadas profissionalmente e incentivando a formação ao longo da vida.

A licenciatura em Solicitadoria é ministrada no Instituto Politécnico de Beja – Escola Superior de Tecnologia e Gestão nos regimes presencial e a distância desde 2010/11 e tinha no final do ano letivo 2012/13 concluído um ciclo de estudos completo. No final do ano letivo 2012/13 estavam inscritos 193 alunos sendo 94 no presencial e 99 na distância (Gráfico 1).

Gráfico 1: Evolução do número de alunos do curso de Licenciatura em Solicitadoria



Fonte: GQAP do IPBeja

A área científica predominante do ciclo de estudos é a área CNAEF 380 - Direito. O objetivo do curso passa pela formação de profissionais capacitados para a prestação de serviços jurídicos de elevado nível, sobretudo vocacionados para empresas e outras organizações, inseridas na sociedade da informação e do conhecimento. Assim, além da consultoria e da postulação judicial, é dada uma especial atenção ao exercício da solicitadoria em contexto empresarial. O ciclo de estudos tem a duração de 6 semestres e para a obtenção do grau são necessários 180 ECTS. Destina-se à formação de licenciados que possam vir a exercer a solicitadoria enquanto profissão regulamentada, nos termos do disposto no Estatuto da Câmara dos Solicitadores, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 88/2003, de 26 de Abril. Esta sumária caracterização do ciclo de estudos em Solicitadoria do IPBeja permite aferir positivamente sobre o cumprimento dos três requisitos estabelecidos para a análise.

Seguidamente será efetuada a caracterização dos estudantes considerando diferentes atributos e comparando os resultados entre o regime EaD e Presencial.

1. Caracterização dos estudantes

1.1. Idade e Género

Para o período em análise, os estudantes do curso de Solicitadoria apresentam a seguinte distribuição por idade e género.

Tabela 1: Idade e Género

Idade	Regime EaD				Regime Presencial				TOTAL			
	Género		Total	%	Género		Total	%	Género		Total	%
	M	F			M	F			M	F		
Menos de 20	0	0	0	0.0%	1	11	12	12.8%	1	11	12	6.2%
20-23	0	2	2	2.0%	13	34	47	50.0%	13	36	49	25.4%
24-27	1	4	5	5.1%	3	9	12	12.8%	4	13	17	8.8%
≥ 28	39	53	92	92.9%	12	11	23	24.5%	51	64	115	59.6%
Total	40	59	99	100.0	29	65	94	100%	69	124	193	100%

Fonte: GQAP do IPBeja

A Tabela 1 permite constatar que a maioria dos alunos que frequentam o regime EaD apresenta uma idade superior ou igual a 28 anos (aproximadamente 93% dos alunos), contrastando com o verificado para o regime presencial onde mais de $\frac{3}{4}$ dos estudantes do curso tinha menos de 28 anos.

A distribuição por géneros é desequilibrada, com predominância de estudantes do sexo feminino na maioria das faixas etárias, em ambos os regimes. No entanto esse desequilíbrio em termos globais é menos acentuado no regime EaD do que no regime presencial.

1.2. Proveniência geográfica

Quanto à proveniência geográfica, especificando o distrito de origem dos alunos, podemos sintetizar os resultados na Tabela 2.

Tabela 2: Proveniência geográfica

Distrito	Km até IPBeja	Presencial		EaD		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
		Alunos		Alunos		Alunos	
Aveiro	390	-	-	2	2,0	2	1,0
Beja	-	66	70,2	39	39,4	105	54,4
Braga	498	1	1,1	2	2,0	3	1,6
Évora	81	7	7,4	7	7,1	14	7,3
Faro	147	11	11,6	16	16,2	27	14,0
Leiria	284	1	1,1	2	2,0	3	1,6
Lisboa	176	1	1,1	9	9,1	10	5,2

Portalegre	181	2	2,1	1	1,0	3	1,6
Porto	450	-	-	1	1,0	1	0,5
Região Autónoma Açores (Angra do Heroísmo)	1689	-	-	1	1,0	1	0,5
Região Autónoma Açores (Ponta Delgada)	1563	-	-	1	1,0	1	0,5
Região Autónoma Madeira (Funchal)	1015	-	-	8	8,1	8	4,1
Santarém	206	1	1,1	-	-	1	0,5
Setúbal	143	4	4,3	9	9,1	13	6,7
Viana do Castelo	521	-	-	1	1,0	1	0,5
Total		94	100	99	100	193	100

Fonte: GQAP do IPBeja

Verifica-se que 70,2% dos estudantes do curso em regime presencial são provenientes do distrito onde está sediado o I.P. Beja. No curso de Solicitadoria EaD apenas 39,4% de alunos são provenientes do distrito de Beja. Seguem-se, em representatividade no regime presencial, os distritos contíguos de Faro (11,6% dos estudantes), Évora (7,4% dos estudantes) e o distrito de Setúbal (4,3% dos estudantes). No regime EaD os distritos com peso mais significativo, depois de Beja, são Faro (16,2%), Lisboa e Setúbal com 9,1% cada e a Região Autónoma Madeira (Funchal) com 8,1%. O Distrito de Évora apresenta 7,1% dos alunos.

Os Gráficos 2 e 3 permitem uma visualização do peso dos distritos de proveniência em cada um dos regimes. O curso presencial capta alunos com proveniência geográfica que dista, em média, 46 Km da instituição, enquanto que no curso EaD, a distância eleva-se para 209 Km.

Gráfico 2:



Gráfico 3:

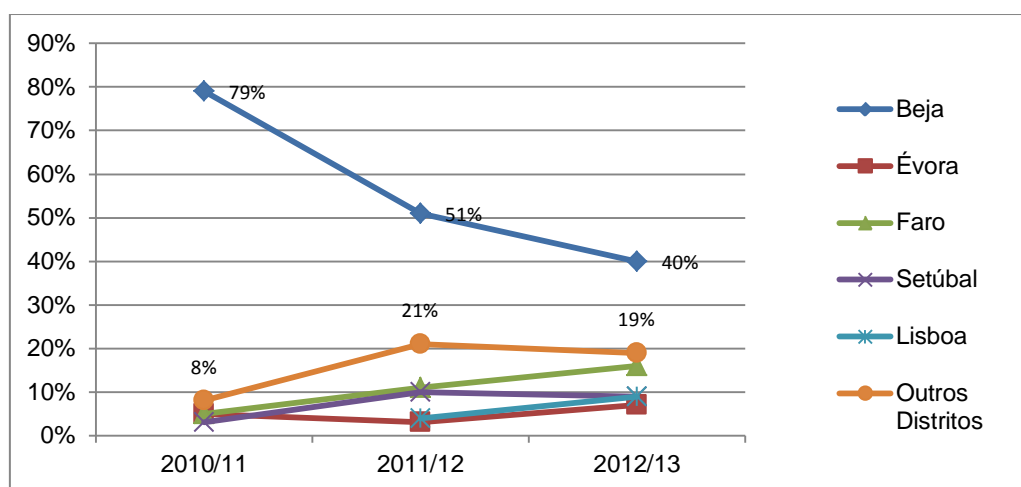


Gráfico 2 - Distrito de proveniência dos alunos: Ensino a Distância, 2010/2013.

Gráfico 3 - Distrito de proveniência dos alunos: Ensino Presencial, 2010/2013

Numa perspetiva dinâmica, verifica-se que a importância do distrito de Beja tem vindo sucessivamente a diminuir para o regime EaD, representando em 2012/13 apenas 39,4% das origens dos estudantes (Gráfico 4). Em simultâneo, os “Outros Distritos” e “Faro” têm vindo a assumir maior importância e como já se verificou pelo Gráfico 2, existe maior dispersão nas origens destes alunos para o regime EaD.

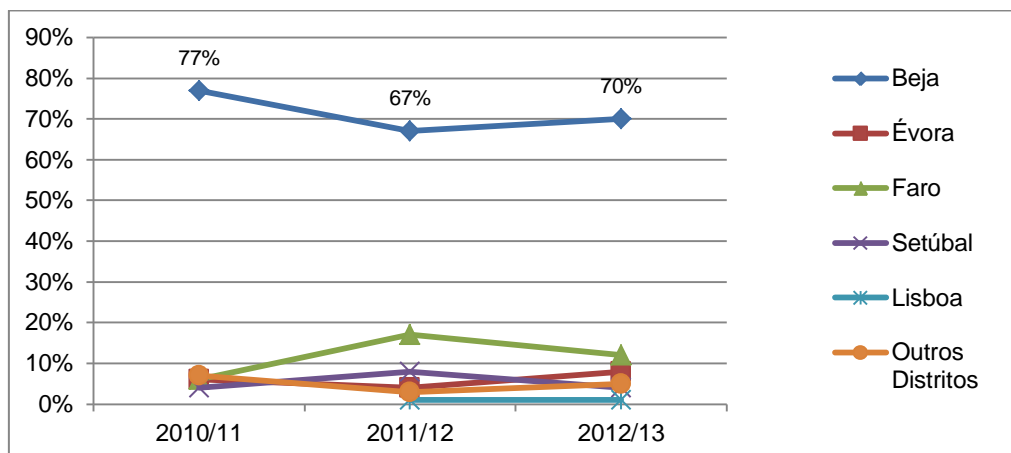
Gráfico 4: Evolução da proveniência geográfica dos alunos (Solicitadoria EaD)



Fonte: GQAP do IPBeja

Numa perspetiva dinâmica, não se têm verificado alterações muito significativas na proveniência geográfica dos estudantes para o curso oferecido no regime presencial. O distrito de Beja representa a origem da maioria dos estudantes (com valores entre 67% e 77%). Em segundo lugar, em termos de representatividade, surgem os distritos geograficamente mais próximos de Beja, nomeadamente Faro e Évora, embora com valores muito inferiores.

Gráfico 5: Evolução da proveniência geográfica dos estudantes (Solicitadoria Presencial)



Fonte: GQAP do IPBeja

1.3. Regimes de ingresso e classificação de acesso

No que diz respeito à procura do ciclo de estudos, os resultados para os 3 anos letivos, detalhando os regimes de ingresso, foram os que se apresentam na Tabela 3.

Tabela 3: Regimes de ingresso no curso de Licenciatura em Solicitadoria

Ano letivo	Regime EaD					Regime Presencial				
	Mudança de curso	Transferência	Titular curso médio e superior	Maiores de 23	Alunos 1º ano 1ª vez	Mudança de curso	Transferência	Titular curso médio e superior	Maiores de 23	Alunos 1º ano 1ª vez
2010/2011	8	1	0	23	6	3	0	2	13	29
2011/2012	4	1	6	17	18	4	1	0	8	28
2012/2013	5	2	6	17	13	1	0	2	9	23

Fonte: GQAP do IPBeja

De acordo com a tabela anterior podemos concluir que os principais regimes de entrada dos alunos para o curso de Solicitadoria EaD, são o concurso nacional de acesso (Alunos 1º ano 1ª vez) e o regime de “Maiores de 23 anos”, que aqui assume valores muito expressivos em todos os anos em análise, sendo mesmo o principal regime de acesso no primeiro ano letivo de funcionamento do curso e em 2012/2013. Também com maior significado para o regime EaD face ao curso de Solicitadoria no regime presencial, surgem os regimes de “Mudança de Curso”, “Titulares de curso médio e superior” e “Transferência”.

Em relação ao curso oferecido no regime Presencial, verifica-se que o principal regime de ingresso é através do concurso nacional de acesso (Alunos 1º ano 1ª vez), seguido do regime “Maiores de 23”, mas aqui assumindo menor importância, face ao curso oferecido na modalidade de EaD.

No que diz respeito à nota média de acesso através do Concurso Nacional de Acesso (todas as fases) os dados obtidos são os que se apresentam na Tabela 4.

Tabela 4: Classificação média através do Concurso Nacional de Acesso

Ano letivo	Regime EaD Nota média	Regime Presencial Nota média
2010/11	125,7	128,3
2011/12	127,6	125,6
2012/13	(*)	(*)

(*) – Informação não disponível na DGES

Fonte: GQAP do IPBeja

Apesar de os dados disponíveis contemplarem os dois primeiros anos é possível constatar uma tendência de aumento na classificação da nota média de acesso no curso EaD, ao mesmo tempo que se verifica uma diminuição no curso presencial.

1.4. Alunos com estatuto de trabalhador estudante

Em relação aos alunos com o Estatuto de Trabalhador Estudante, a Tabela 5 apresenta os resultados face ao número total de alunos, traduzido também em percentagem.

Tabela 5: Alunos com Estatuto de Trabalhador Estudante

Ano curricular	Regime EaD		Regime Presencial	
	Nº de trab. estudantes	% face ao total	Nº de trab. estudantes	% face ao total
1º ano	20/52	38,5%	9/39	23,1%

2º ano	15/37	40,5%	7/40	17,5%
3º ano	0/10	0%	3/15	20%
TOTAL	35/99	35,4%	19/94	20,2%

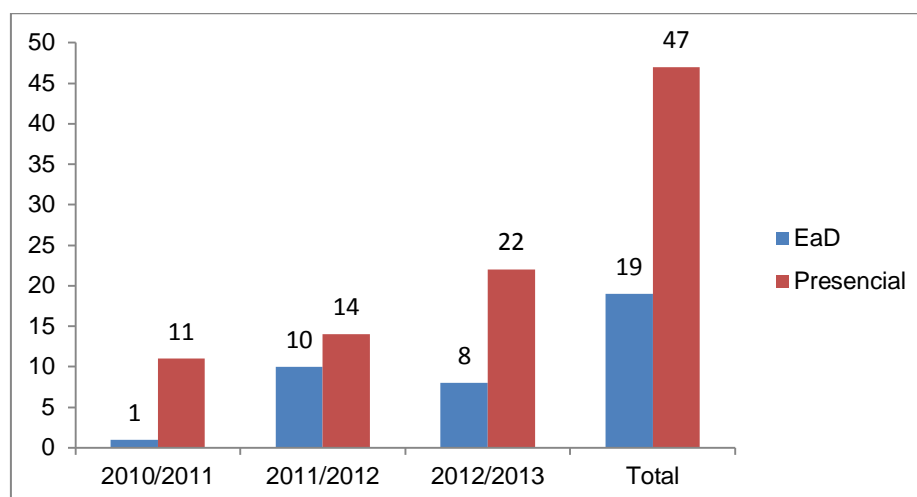
Fonte: GQAP do IPBeja

A percentagem de alunos com o Estatuto de Trabalhador Estudante é mais significativa para os alunos que frequentam o regime de EaD, representando 35,4% do total dos alunos do curso, comparativamente aos alunos do regime Presencial, onde apenas 20,2% do total possuem o Estatuto de Trabalhador Estudante.

1.5. Estudantes com apoio social

Em relação aos alunos que recebem Apoio Social, comparando os dois regimes de funcionamento do curso, podemos verificar no gráfico seguinte, que a maioria dos estudantes que recebem apoio são os alunos do regime Presencial.

Gráfico 6: Alunos do curso de Licenciatura em Solicitadoria com Apoio Social



Fonte: GQAP do IPBeja

1.6. Resultados académicos

Após a caracterização dos alunos nos dois regimes de funcionamento do curso, importa analisar, se em termos Resultados Académicos, existem diferenças significativas. Para o efeito serão apresentadas as taxas de sucesso e abandono relativas à modalidade de EaD e Presencial. Os resultados académicos devem ter em conta que o curso de Solicitadoria (Presencial e EaD) iniciou-se no ano letivo de 2010/2011 e que o primeiro ciclo de 3 anos da licenciatura terminou no ano letivo 2012/2013. Assim, só neste ano letivo (2012/2013) é que funcionaram os 3 anos da licenciatura. Tendo em conta esta realidade optámos por apresentar a taxa de aprovados por ano letivo *versus* ano curricular.

Ao compararmos a média das taxas de aprovação no triénio 2010/2013 respeitante aos dois regimes do Curso de Solicitadoria, podemos concluir que a média da taxa de aprovação, difere entre os dois regimes, 3,75 pontos percentuais, em benefício do ensino presencial (Tabela 6). Contudo, é de salientar que esta diferença não é significativa, se atendermos às especificidades do processo ensino/aprendizagem do regime de ensino a distância.

Tabela 6: Comparação da taxa de aprovação

Ano Letivo / Ano Curricular		Regime Presencial	Regime EaD
2010/11	1º Ano	47.92%	50.00%
2011/12	1º Ano	71.43%	66.04%
	2º Ano	65.22%	47.83%
2012/13	1º Ano	56.41%	54.90%
	2º Ano	63.41%	72.22%
	3º Ano	100.00%	90.91%
Média		67.40%	63.65%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados internos do IPBeja

Em relação ao abandono escolar (Tabela 7), verifica-se que a taxa de abandono é muito elevada no regime Presencial na transição entre o ano lectivo de 2010/11 para 2011/12, mas no período seguinte caiu para metade. No regime EaD, as taxas de abandono que se verificaram nos dois períodos analisados são muito elevadas, aproximadamente 29% e cerca de 23%.

Tabela 7: Taxa de Abandono no curso de Licenciatura em Solicitadoria

Taxa de Abandono (*)	Regime EaD		Regime Presencial	
	Nº	% do total	Nº	% do total
Transição de 2010/11 para 2011/12	11	28.9%	17	36.2%
Transição de 2011/12 para 2012/13	17	23,3%	13	18.1%

(*) calculada na transição entre anos letivos

Fonte: GQAP do IPBeja

IV. CONCLUSÕES

A rápida divulgação da *internet* e os avanços tecnológicos associados, em conjunto com a pressão social para a melhoria do acesso ao ensino superior a públicos que não tinham oportunidade de frequentar o ensino superior devido a diversos fatores como o emprego, a família, a falta de recursos, distância e a falta de tempo disponível, produziu um incentivo substancial para as instituições de ensino superior introduzirem cursos de EaD. No contexto português, questões demográficas e a necessidade gerar receitas para compensar as sucessivas reduções do financiamento governamental alavancaram o desejo por parte das IES de envolvimento nesta forma de transmissão de conhecimento.

A investigação sobre o EaD tem incidido essencialmente sobre a implementação, gestão e avaliação dos sistemas de ensino, sendo escassos os trabalhos com foco na avaliação do impacto que a adoção deste regime de ensino pode ter ao nível da IES. Assim, o objetivo do nosso estudo foi explorar algumas dimensões desse impacto, utilizando uma das primeiras experiências de EaD no ensino politécnico público em Portugal. O presente estudo utilizou para o efeito a experiência do Instituto Politécnico de Beja que disponibiliza o curso de licenciatura em Solicitadoria, desde o ano letivo 2010/11 no nos dois regimes (regimes a distância e presencial).

Os resultados obtidos, com base em dados referentes ao triénio 2010-13, evidenciam um nível modesto de adesão ao curso na modalidade de EaD, mas indiciam um potencial para a instituição alargar o perfil dos alunos, nomeadamente estendendo a captação de alunos a todo o território português, a alunos de faixas etárias mais avançadas e ao grupo de trabalhadores estudantes. O nosso estudo também indica que a coexistência na mesma instituição da oferta do mesmo curso nas duas modalidades pode transferir percentagem significativa de alunos da região dos cursos presenciais para a modalidade de EaD. Não foram registadas diferenças significativas entre as duas modalidades de cursos relativamente à taxa de abandono escolar e verificaram-se melhores resultados académicos no curso ministrado na modalidade de ensino presencial.

De referir que os resultados apresentados podem ter sido influenciados pela fase atual do EaD em Portugal. Se excluirmos a Universidade Aberta, especializada no EaD, verifica-se que as instituições politécnicas mais jovens, flexíveis, menos selectivas na admissão e mais pressionadas pela redução de alunos foram as primeiras a disponibilizar cursos nesta modalidade. No entanto, como as barreiras à entrada no mercado do EaD são relativamente baixas, admitimos que após envolvimento neste mercado das universidades tradicionais os resultados possam ser diferentes dos obtidos. Admitimos que o retardamento da entrada no mercado EaD dessas universidades se deve essencialmente a estruturas menos flexíveis e também ao facto da descida do número de alunos não se ter feito sentir neste subsistema, com a intensidade que se verificou no sistema politécnico.

Outras instituições do ensino superior politécnico que estejam a equacionar a oferta de cursos a distância e os organismos governamentais do sector da educação podem beneficiar com o conhecimento dos resultados do presente estudo

BIBLIOGRAFIA:

CARVALHO, C. V. (2006). *E-learning e formação avançada: Casos de sucesso no ensino superior da Europa e América Latina*. Porto: Edições: Politema.

FIGUEIRA, M. (2003). *Publishing digital magazines worldwide - documents*. (S. P. Inovação, Ed.) Obtido em 28 de Julho de 2014, de Publishing digital magazines worldwide: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12933366/cliue-aqui-35-mb-sociedade-portuguesa-de-inovacao/11>

GQAP. (2013). *Relatório de auto avaliação do Curso de Solicitadoria (regime de ensino a distância)*. Obtido de Instituto Politécnico de Beja: <https://www.ipbeja.pt/servicos/gquap/Documenta%C3%A7%C3%A3oInterna/Sinopse%2020122013/Forms/AllItems.aspx>

GQAP. (2013). *Relatório de auto-avaliação do curso de Solicitadoria do IPBeja (regime presencial)*. Obtido de Instituto Politécnico de Beja: <https://www.ipbeja.pt/servicos/gquap/Documenta%C3%A7%C3%A3oInterna/Sinopse%2020122013/Forms/AllItems.aspx>

HEMSLEY, C. (2002). Jones International University's focus on quality eLearning opens doors for students worldwide. *Business Media*, 39(9), pp. 26-29.

MICHAEL, G. e MOORE, G. (2012). *Distance Education: A Systems View* (Third Edition ed.). USA: Wadsworth.

RURATO, P. e GOUVEIA, L. B. (2004). "História do ensino a distância". *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*. Universidade Fernando Pessoa. Porto. ISSN 1646-0502. pp. 159-168. Acessível on line <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/635/2/159-168FCHS2004-2.pdf>

SHEARD J. e LYNCH J. (2003). "Challenges of Web-Based Learning Environments: Are We Student-Centred Enough?" *In Advances in Web-Based Learning - ICWL 2003 Vol. 2783 / 2003*. Springer-Verlag GmbH. pp. 1 – 11.

The Economist. Massive open online forces: The rise of online instruction will upend the economics of higher education. Edição de 8 de Fevereiro de 2014.

UNIVERSIDADE ABERTA. (2012). *Relatório de atividades da Universidade Aberta*. Disponível on-line em <http://www.uab.pt/web/guest/home>

Volery, T. (2000). Critical success factors in online education. *The International Journal of Educational Management*, 14 (5), pp. 216-223.